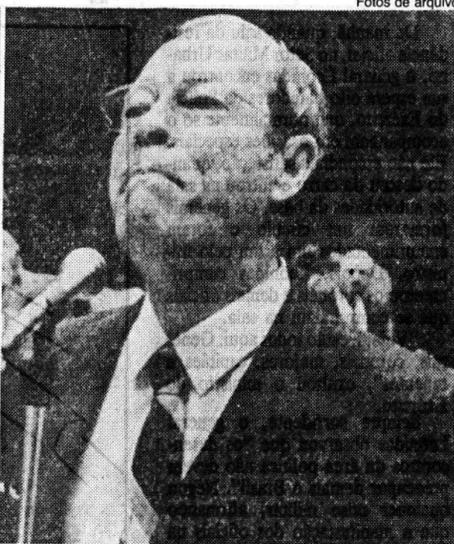


Direita prepara-se para batalha decisiva no plenário

Maria Inês assif

BRASÍLIA — A direita civilizada recusa com veemência ser definida ideologicamente como direita, preferindo termos mais amenos, como "liberal" ou mesmo "social-democrata". Jura que não é golpista e, com mais ênfase, faz questão de dizer que não se relaciona na área militar. Cultiva com discrição as suas relações na área empresarial e, na Constituinte, tem algum receio de votar medidas antipopulares. Está internamente dividida, entre vários interesses econômicos. Parte apoia o governo, parte vê como solução para a crise a "deposição branca" do presidente José Sarney, através do parlamentarismo, ou o fim de seu governo pura e simplesmente com a eleição para presidente da República no ano que vem.

"A direita tem pouca capacidade de articulação, é acomodada, dividida, e cometeu um grande equívoco: elegeu figuras do empresariado atribuindo-lhes toda a articulação dentro da Constituinte, queimou estas lideranças e hoje está à deriva", diagnostica o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que se exclui desse grupo ideológico. Pelo fato de estar dividida, a direita de hoje negocia — ora com o centro, como nas questões relativas à propriedade, ora com a esquerda, como aconteceu na votação do parlamentarismo.



Passarinho recusa rótulo, declara-se reformista e diz que a direita errou ao entregar a empresários a defesa de suas teses na Constituinte. Sant'Anna (D), embora líder de um governo que busca o social, não se furta a assistir a reuniões de direita

Leônidas agrada conservador

Etevaldo Dias

Os militares brasileiros são tradicionalmente conservadores. Em 1964 derrubaram o presidente João Goulart temerosos de um programa de reformas que hoje seria considerado retrógrado. No atual quadro político, o general Leônidas Pires Gonçalves faz a vontade da direita ao declarar-se desgostoso com a esquerdização da Constituinte, como fez na última reunião ministerial, em agosto, embora àquela altura estivessem longe da aprovação a estabilidade no emprego, a jornada de 44 horas semanais e outros itens que incomodam os conservadores.

O general Leônidas, entretanto, representa a face liberal do Exército, porque rapidamente reconheceu que o fim do regime militar era inevitável e aderiu ao candidato Tancredo Neves, de oposição ao presidente Figueiredo. Ele é considerado, de acordo com o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) — eleito pelo voto de policiais militares —, de *direita light*, porque entende o jogo político e preserva abertos seus canais de negociação com parlamentares. Leônidas enfrenta a insatisfação dos generais da direita *linha dura*, que pregam o endurecimento imediato por considerar que a democracia está ameaçada pela esquerda.

No Alto-Comando do Exército — espécie de conselho, com expressivo peso

nas decisões — encastelam-se pelo menos dois exemplos de militares considerados de *linha dura*. Um deles é o comandante militar do Sul, general Edison Boscage Guedes, que autorizou o comandante da 5ª Região Militar a liberar a 15ª Brigada de Infantaria, do general Jorge Felipe, para enfrentar com baionetas os grevistas da Hidrelétrica de Itaipu. Neste caso, ele contrariou uma diretiva de segurança, interina assinada pelo presidente Sarney em setembro de 1985, que proíbe o emprego de tropas militares em conflitos internos. Nenhum dos generais foi punido pela infração.

Outro é o general Ururahy Neto, que foi da agência central do SNI junto com o general Newton Cruz, também da *linha dura*. O general Ururahy comanda hoje o general Iris Lustosa, ex-comandante do Centro de Informações do Exército, responsável por várias operações para sabotar a candidatura de Tancredo Neves.

Essa direita se esconde ainda em associações como a ABDD — Associação Brasileira de Defesa da Democracia —, criada por Iris Lustosa, dentro do CEIE, para manter intocado o grupo de militares que o acompanharam na resistência à mudança de regime. Outro grupo da *linha dura* usa o jornal *Letras em Marcha*, editado no Rio, que tem uma pregação ultraconservadora e agrega militares da direita radical.

Divisão causou derrota na Sistematização

Reviravolta passa por tentativa de mudar regimento

A direita sofreu sucessivas derrotas na Comissão de Sistematização. Dividida, despojada de quadros de importância pelo afunilamento dos trabalhos constitucionais, que concentrou numa comissão de 93 membros a definição do projeto de Constituição a ser submetido ao plenário, e mesmo seduzida por um mandato eletivo que a constrangeu de votar medidas retrógradas na área social, a direita viu aprovados dispositivos como a garantia do emprego, a jornada de 44 horas semanais e a licença-maternidade de 180 dias. "Isso aqui está cheio de Papai Noel. Todo mundo concede tudo, e a produção se inviabiliza", protesta o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), filho do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

O grupo ideológico prepara agora a contra-ofensiva: quer modificar o regimento e permitir que se apresentem, em plenário, substitutos iniciais a títulos, capítulos e seções do projeto do relator Bernardo Cabral. "A intenção é modificar radicalmente os capítulos da Ordem Social e da Ordem Econômica, fazendo modificações eventuais em outros", explica o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). "Isto é um golpe", protesta o deputado José Genofino (PT-SP). Golpe ou não, a estratégia final da direita na Constituinte passa pelo voto: organizada como nunca esteve, em comissões que coletam assinaturas e elaboram substitutivos, ela tem que ter obrigatoriamente o apoio de 280 constituintes para tocar seu projeto. Caso contrário, será novamente derrotada.

Vitórias efêmeras — No início dos trabalhos constituintes, os conservadores, que compuseram com o centro uma maioria esmagadora, fizeram antever um resultado francamente favorável ao seu grupo. Agindo com desenvoltura, eles foram esmagadoramente vitoriosos na Comissão de Ordem Econômica e na Comissão de Comunicação, derrubando por inteiro os substitutivos dos relatores, passaram um trator na reforma agrária e chegaram até a derrubar o monopólio estatal do petróleo. "Eles são eficientes porque não fazem discursos, agem", lamentava, na época, a deputada Cristina Tavares, da esquerda derrotada.

Na época, num lance raro de organização, articularam-se inclusive

para não aprovar dispositivos conflitantes nas várias comissões. Do senador Roberto Campos (PDS-MT), passando pelo ex-ministro Delfim Netto e chegando à deputada Rita Furtado (PFL-RO), que liderava a direita na Comissão de Comunicação, elaboraram ou definiram-se por emendas que davam um perfil nítido da Constituição desejada: liberdade total ao capital estrangeiro, livre iniciativa, aversão completa a monopólios na área estatal e apego nenhum a tecnologia nacional.

Na Comissão de Sistematização, a direita desfalcou-se de elementos importantes para articulação, como Delfim Netto e Roberto Campos. Um outro elo importante de unidade do grupo, o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), desinteressou-se. O empresário e senador Albano Franco (PMDB-SE), articulador oficial deste setor produtivo, na hora definitiva da votação da Ordem Social entrou em guerra com o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato, e com o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP). "O Afif se queimou por

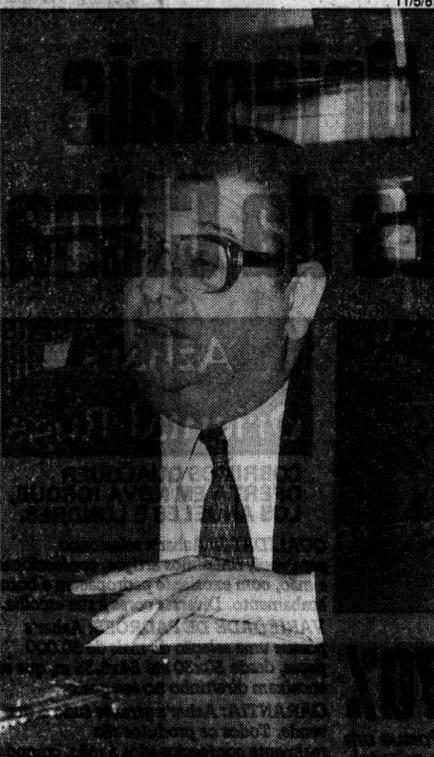
completo", reconhece o senador Jarbas Passarinho. Seus colegas o acusam de ter abandonado a causa devido à pretensão de disputar a Prefeitura de São Paulo.

Exemplar foi a votação da estabilidade no emprego. Enquanto Albano Franco e Mário Amato discutiam entre ceder mais ou menos à esquerda, Afif e Dornelles procuraram, no plenário, o senador Jarbas Passarinho e o deputado Gérson Peres (PDS-PA). Queriam que Peres encaminhasse a votação contra a estabilidade. "Você não é empresário. Vai ser mais convincente", chegou a argumentar Afif. Peres, que sempre concorda rapidamente em subir à tribuna, cumpriu a orientação: votou a favor, com uma declaração de voto que, segundo ele mesmo, "não quer dizer absolutamente nada".

Volta por cima — Na tentativa de dar a volta por cima, alguns representantes desse setor ideológico tornaram-se mais visíveis. Na sala de reuniões do Hotel Nacional, cujo aluguel foi pago pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP),

entre 60 a 100 constituintes se juntaram em três reuniões sucessivas quarta-feira e quinta-feira passadas. Os organizadores declarados foram Fiúza, Cardoso Alves, Luiz Eduardo e Dado Coimbra (PMDB-RJ). Mas na platéia, como humildes liderados, estavam nada mais nada menos do que o líder do governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna, o ex-ministro e ex-presidente do PFL Jorge Bornhausen, o líder do PTB, Gastone Righi, um representante do líder do PFL, José Lourenço, e o porta-estandarte do grupo Centro Democrático, Expedito Machado.

"Uma minoria da esquerda radical, mais organizada e mais obstinada do que nós, está comprometendo os trabalhos da Constituinte", discursou o mais inflamado deles, Ricardo Fiúza, anticomunista declarado. Do Palácio do Planalto, veio a inspiração: apresentar em plenário substitutivos inteiros aos capítulos do projeto. Da esquerda, o exemplo da organização. "Se ela, que é minoria, consegue se organizar, porque não conseguiremos?", pergunta Fiúza. (M.I.N.)



Campos e Delfim tiveram clareza do tipo de Constituição desejada pela direita

O recesso das "vivandeiras"

Rodolfo Fernandes

Em todas as crises que o país já atravessou apareceram políticos conhecidos por recorrer às Forças Armadas para "salvar a pátria". De tão insistentes, ganharam o apelido de "vivandeiras de quartel". Algumas dessas *vivandeiras* ainda estão exercendo mandato parlamentar, como é o caso do deputado Amaral Neto, líder do PDS na Câmara. A diferença é que, agora, nem mesmo esses políticos conferem aos militares condições de resolver a crise.

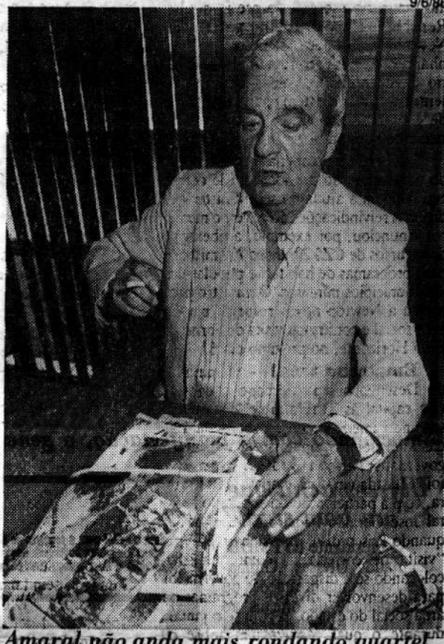
A ronda aos quartéis hoje é feita de forma diferente. O senador José Richa

(PMDB-PR), provavelmente o político que mais conversa com militares, não é um menino de recados dos quartéis, é um canal de ligação. As Forças Armadas, por sua vez, também não trabalham mais com *vivandeiras* — descobriram que assessores parlamentares, com educação, defendem melhor seus interesses do que políticos identificados com a chamada "direita hidrofoba".

— Eu não estou procurando militar para nada porque hoje eles não são solução para a crise e estão desgastados com 20 anos no poder — afirma Amaral Neto. No meio de uma das mais graves crises da história do país, o silêncio a que se recolheu nos últimos meses o deputado Amaral Neto indicava, erroneamente, para muitos, que ele vestira novamente a roupa de conspirador militar.

— A última vez que vi o general Leônidas foi há seis meses, na casa de um colunista social. Depois disso, encontrei-o novamente, por acaso, num acontecimento social, o casamento da filha do senador Edson Lobão (PDS-MA). Estou fugindo de criar qualquer problema para os militares — confessa o líder do PDS. O senador Lobão, protegido do ex-presidente Ernesto Geisel, também foi uma *vivandeira*.

Ostracismo — A distância atual entre políticos e militares pode ser sentida pelo ostracismo de antigas *vivandeiras*, como o deputado Siqueira Campos (PDC-GO), ex-porta-voz da candidatura do general Sílvio Frota a presidente da



Amaral não anda mais rondando quartel

República, em 1977. Hoje, recolhido a um lugar de modéstia no cenário político e exilado num partido em que o número de parlamentares se conta nos dedos de uma das mãos, Siqueira Campos evita lances bombásticos, como o de lançar o general Garrastazu Médici candidato a senador, como fez nos anos 70.

O deputado Amaral Neto, que conheceu como capitães e coronéis muitos dos militares que hoje estão no comando de tropas importantes como generais, não pretende envolver seus amigos e política: "Esse governo está tão fraco e deteriorado que ninguém pode levá-lo a uma linha oposicionista para derrubá-lo. A razão é que, se isso acontecer, ninguém sabe o que botar no lugar", admite.

Presidencialista convicto e, até pouco tempo, defensor de um mandato de cinco anos para Sarney, Amaral Neto agora vai votar nos quatro anos. "A conjuntura vai obrigar a encerrar esse mandato", diz. Convertido à opção civil, após quase trinta anos de conspiração nos quartéis, Amaral Neto acha a crise atual mais grave do que a do final do governo do general Figueiredo:

"A diferença é que aquela crise pegou um governo no final e essa crise agora está surgindo muito antes do fim do governo. Isso é muito perigoso pois junta numa mesma mistura o desgaste da Constituinte, a crise social, a ameaça de revulsão e a desmoralização das Forças Armadas".

Guerra às mudanças na área social

A direita ideológica é avessa a grandes mudanças na área social, na propriedade e na produção, é cuidadosa quando mexe nos interesses militares, e, embora em parte até opte pela mudança no sistema de governo, não pretende mudanças substanciais na estrutura do poder. A direita, por conveniência, consegue ser até mais radical na defesa destes princípios, principalmente quando está em risco a estrutura do poder ou o papel das Forças Armadas.

"Existe uma direita que é o estereótipo autoritarismo. É o pessoal que, por conveniência ou fisiologia, apoiou incondicionalmente sucessivos governos militares e se acostumou com isto", analisa o deputado José Carlos Sabóia, da esquerda do PMDB. Na categoria dos conservadores por conveniência, Sabóia incluiu os deputados Cardoso Alves, Ricardo Fiúza e Gérson Peres. Exclui deste grupo dois personagens que têm ganho a admiração da esquerda na Constituinte: o senador Jarbas

Passarinho e o deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC). E, numa categoria intermediária, coloca o deputado Luiz Eduardo: "Direita por conveniência, mas com uma linguagem mais requintada".

UDR — Cardoso Alves, que se declara social-democrata, é considerado, todavia, um legítimo representante dos interesses dos proprietários rurais na Constituinte pelos setores de esquerda. Ele declara que defende os "interesses do povo", mas conta com a maior satisfação que é membro da diretoria da Sociedade Rural Brasileira e da Frente Ampla Pró-Agricultura, que reúne entidades da área e outros constituintes identificados com o setor, como Rosa Prata (PMDB-MG), Jorge Viana (PMDB-BA) e Roberto Balestra (PDC-GO). Não tem relação direta comprovada, mas informa que é sempre procurado pelo presidente da UDR, Ronaldo Caiado, que aos poucos vem se aproximando da Frente Ampla. Tem relações de amizade com o general Bayma Denys, chefe da Casa Militar, e toma vodka com o empresário Mário Amato todo domingo no Clube Atlético Paulistano — quando "trocam figurinhas" sobre política e os ânimos da área empresarial.

Já Luiz Eduardo confessa que seu grande exemplo na vida pública é o

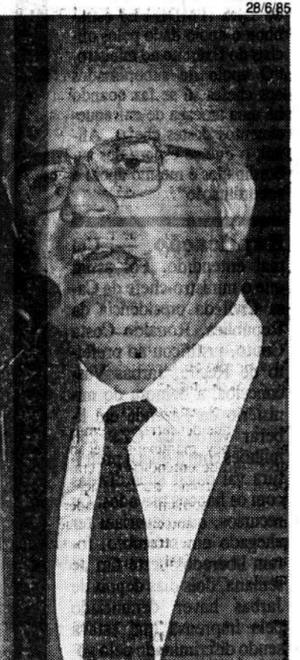
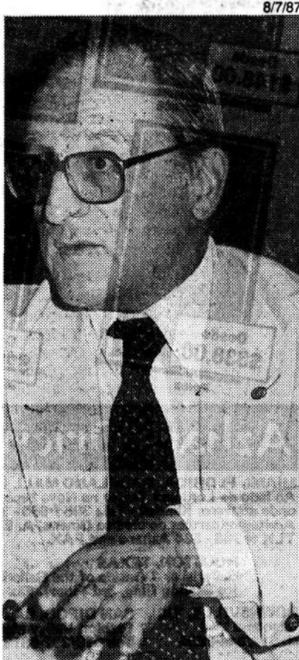
pai, o ministro Antônio Carlos Magalhães, embora aponte uma divergência entre ambos: Antônio Carlos admite a intervenção do Estado na economia, Luiz Eduardo, não. "Sou um liberal, partidário da total liberdade econômica", anuncia, enumerando ainda outra questão de princípio: liberdade para o capital estrangeiro.

Reformista — Gérson Peres, que se declara cristão e democrata e, em sua defesa, conta três ocasiões em que, quase cassado, foi salvo pelo seu amigo e líder Jarbas Passarinho ou por amigos militares, defende-se: "Até votei a hora extra em dobro e me insurto contra o senador Roberto Campos, que quer privatizar tudo". Fiel servidor de sucessivos governos militares, declara ainda, em seu favor, que aceitou apenas dois convites desde o início da Constituinte: um, para jogar bola "com os esquerdistas". "Fui e figurei entre o Lula, o José Genofino e o José Richa", conta. Outro, para participar das reuniões da direita no Hotel Nacional: "Fui o único a me insurgir contra o manifesto, porque ele falava em prescindir do relator. Eu sou amigo do Bernardo Cabral", conta.

"A direita brasileira tem vergonha de se assumir. Isto é histórico. Na Europa, não: quem é de direita diz, com a maior naturalidade", constata o

deputado José Thomaz Nonô, do grupo moderno do PFL. "Eu sou social-democrata", anuncia Ricardo Fiúza, confessando em seguida: "Sou um anticomunista ferrenho". Na Subcomissão de Defesa do Estado, ele se aproxima dos militares. "Como me aproximaria dos pretos, lésbicas e gays se fosse relator da Comissão das Minorias", diz, recusando que tenha hoje ou tenha tido algum dia relacionamento mais estreito nesta área, embora o centro e a esquerda o considerem um canal.

Tranquilo, o senador Jarbas Passarinho não apenas não assume a condição de direita, como lamenta: "Sou um reformista. E por este motivo fico sempre entre dois fogos: a direita me acha esquerdista e a esquerda me considera reacionário". A aproximação da esquerda, que aprendeu a admirar sua coerência ideológica e fez dele um "interlocutor confiável", o afastou da direita. "Isto foi automático". O que não deixa de se transformar num incômodo pessoal: como presidente do PDS, lidera figuras extremadas da direita, como Amaral Neto, Roberto Campos, Delfim Netto e o próprio fiel Gérson Peres. "O programa do PDS é reformista. Se alguém que for de direita assinar a ficha de filiação, o incoerente é ele, não eu". (M.I.N.)



Konder Reis(E) e Cardoso Alves: conceitos opostos